

Estereótipos, preconceito e discriminação racial

Esse texto aborda a questão dos estereótipos e da discriminação racial. Ressalta que cada grupo ocupa um lugar no contexto social. Será que há de fato um lugar determinado para cada grupo na sociedade?

Ao falarmos de diversidade no início deste curso, abordamos o conceito de **estereótipo**. O termo foi utilizado pela primeira vez em 1922 por um jornalista americano, Walter Lippmann, em um estudo sobre opinião pública. O autor tomou-o emprestado das técnicas de impressão tipográfica, e ele tem sua origem nas expressões gregas: *stereos*, que significa sólido, e *tupos*, que significa impresso – “Uma placa de impressão colada a um molde. Como essa placa é feita de metal, é difícil, uma vez moldada, mudá-la. Cada vez que ela imprime, produz a mesma impressão, a mesma imagem”.

É importante aprofundar este conceito para a discussão de desigualdade racial, proposta por este módulo. Como já vimos, outra dimensão que deve ser resgatada deste conceito é o fato de ele ser também um elemento diferenciador, portanto, criador de identidade por oposição. Ao estereotipar alguém, o indivíduo pode estar marcando sua diferença em

Estereotipar é um recurso classificatório que tem como objetivo simplificar a relação imagem/conceito.

relação ao outro e esta diferença pode ser de classe social, de cor/raça, de orientação sexual, entre outras. Estereotipar é um recurso classificatório que tem como objetivo simplificar a relação imagem/conceito.

Na sociologia, o uso mais comum do termo designa convicções preconcebidas acerca de classes de indivíduos, grupos ou objetos resultantes não de uma estimativa espontânea, mas de hábitos de julgamento e expectativas tornados rotina. Quando o estereótipo se torna algo social, ele é exteriorizado para pessoas e grupos, e traz apenas um traço genérico que deve representar um grupo, podendo ser negativo ou positivo. Desta forma, os estereótipos podem ser vistos também como componentes cognitivos de uma atitude: o preconceito. Os estereótipos formam a base do preconceito em relação a um indivíduo ou a um grupo.

Na sociologia, o uso mais comum do termo designa convicções preconcebidas acerca de classes de indivíduos, grupos ou objetos resultantes não de uma estimativa espontânea, mas de hábitos de julgamento e expectativas tornados rotina. Quando o estereótipo se torna algo social, ele é exteriorizado para pessoas e grupos, e traz apenas um traço genérico que

deve representar um grupo, podendo ser negativo ou positivo. Desta forma, os estereótipos podem ser vistos também como componentes cognitivos de uma atitude: o preconceito. Os estereótipos formam a base do preconceito em relação a um indivíduo ou a um grupo.

Outro conceito importante nesta discussão é o de **discriminação**. Discriminar é ter uma conduta, é agir concretamente baseado em razões de categorias naturais e sociais sem que haja relação com as capacidades e os méritos individuais, ou com o real comportamento da pessoa em ação. Discriminar é, portanto, o ato de separar, que tanto pode ser para privilegiar uma pessoa ou grupo como para prejudicá-la/o. É necessário apreender que tipo de diferenciação produz esse ato e que espécie de informação o sustenta, uma vez que, se

Discriminar é (...) o ato de separar, que tanto pode ser para privilegiar uma pessoa ou grupo como para prejudicá-la/o.

a discriminação hierarquiza, ela também produz diferenciais de poder quando exclui. Os mecanismos discriminatórios só podem ser entendidos a partir do momento em que são feitas tais diferenciações, pois elas se configuram de distintas maneiras em cada sociedade.

É importante ressaltar que no artigo 5º, parágrafo XLII da Constituição brasileira consta que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”. Embora este artigo da Carta Magna do Brasil represente um avanço importante, sua aplicabilidade é muito restrita, pois a prática do racismo, em muitas situações e em variados casos, é tratada como atitude preconceituosa que não configura crime.

Um exemplo interessante é pensar a situação dos/as negros/as no mercado de trabalho. Quando nos debruçamos sobre este assunto, temos em mente que o “lugar” do/a negro/a no mercado de trabalho tem sido aquele das ocupações de menor prestígio, baixa escolaridade e pequenos rendimentos. Temos uma representação de que há lugares estabelecidos. Há

A expressão “ponha-se no seu lugar” supõe não somente que há lugares, mas também que cada um/a sabe qual é o seu.

um padrão, e o/a negro/a que ascende socialmente está saindo dele. A expressão “ponha-se no seu lugar” supõe não somente que há lugares, mas também que cada um/a sabe qual é o seu.

Os estereótipos construídos acerca dos grupos sociais que compõem a sociedade, abrangendo sexo, orientação sexual, cor/raça, classe, entre outros, tornaram-se características definidoras de lugares na sociedade – lugar social, econômico, simbólico. Diz respeito às oportunidades e às dificuldades que cada um deles vai encontrar cotidianamente nas diversas esferas da vida social. Estudos recentes sobre ascensão social apontam que negros/as continuam enfrentando grandes dificuldades no mercado de trabalho. Num processo clássico de ascensão e mobilidade ocupacional, percebem-se os/as negros/as como “descontextualizados”. O caminho mais propagado de ascensão social para negros/as ainda parece estar ligado ao mundo dos esportes e ao mundo artístico. O sucesso profissional no samba e no futebol são domínios sociais preestabelecidos para negros/as e vistos como as suas maiores possibilidades de

ascensão. Nesse sentido, a cor/raça engloba uma dimensão moral e social que reserva lugares a indivíduos negros, uma vez que é desse **estatuto natural** que decorre seu comportamento e modo de existência em sociedade.

O caminho mais propagado de ascensão social para negros/as ainda parece estar ligado ao mundo dos esportes e ao mundo artístico.

Preconceito, discriminação e desigualdades entrelaçam-se. Preconceito e discriminação são mecanismos que contribuem para a produção e a manutenção das desigualdades raciais e da estratificação social.

Nesse sentido, estratificação é uma questão de justiça social, na medida em que estamos tratando de acesso a oportunidades, condições igualitárias de acesso e, conseqüentemente, de um

sistema realmente **meritocrático** de alocação dos indivíduos. Não é possível dizer que vivemos numa sociedade meritocrática se as oportunidades não são iguais para todos e se os critérios de exclusão pautam-se em valores social e culturalmente construídos para a configuração das desigualdades atuais. Políticas de combate à desigualdade devem promover chances iguais, impedindo a cristalização da estrutura de classes e diminuindo as clivagens e as distâncias entre estas. Entretanto, só é possível entender o sistema de estratificação se reconhecermos

que ele não se resume à estratificação por classe, mas insere outras formas, como a estratificação por cor/raça, por gênero, por região, por idade e outras.

Não é possível dizer que vivemos numa sociedade meritocrática se as oportunidades não são iguais para todos

Alguns textos deste curso destacaram os esforços do Estado e dos movimentos sociais para o combate às desigualdades étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual etc. O curso Gênero e Diversidade na Escola, entre outras iniciativas,

demonstra o aquecimento e a pertinência deste debate.

Especificamente sobre a questão racial, no que diz respeito à posição do Estado brasileiro, relembramos o Artigo 68 da Constituição, citado quando recuperamos o processo histórico da construção do racismo. O Artigo 68 determinou que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Hoje são mais de 2 mil comunidades quilombolas, identificadas, organizadas, produzindo diagnósticos sobre as suas realidades, propondo e reivindicando políticas públicas.

A década de 90, no âmbito das iniciativas governamentais, representou um período de mudanças significativas acerca das questões raciais. Há dois grandes momentos nesse processo: o ano de 1995 e o de 2001. Em 1995, quando se comemorou o tricentenário da morte de **Zumbi dos Palmares**, a



mobilização e a participação dos movimentos negros foram importantes para as mudanças que ocorreram em termos de inserção da questão racial na pauta da agenda nacional. No dia 20 de novembro, por exemplo, foi criado por Decreto Presidencial o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra, o que representou uma importante aproximação dos movimentos negros com o Estado brasileiro.

O ano de 2001, com a realização da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e formas correlatas de Intolerância, significou outro importante momento. Tanto nas reuniões preparatórias quanto na própria Conferência, o Brasil teve uma participação de destaque. Tais acontecimentos foram decisivos para as marcantes mudanças que estão ocorrendo no país, principalmente no que diz respeito à implementação das políticas de Ação Afirmativa. Embora muitos projetos já estivessem sendo delineados, a posição oficial do Brasil nesta Conferência selou o compromisso do governo brasileiro na efetivação do Plano de Ação proposto. Atualmente, há diversas iniciativas em variados campos: educação, mercado de trabalho, saúde, remanescentes de quilombos etc.

Esses acontecimentos representam um pano de fundo fundamental para o processo de implementação de políticas de Ação Afirmativa que vem ocorrendo no país, pois demonstram a movimentação feita por setores dos movimentos sociais na busca da responsabilização do Estado brasileiro nesse processo de mudança.

GLOSSÁRIO

Discriminação: Ação de discriminar, tratar diferente, anular, de tornar invisível, excluir, marginalizar.

Estereótipos: Consiste na generalização e na atribuição de valor (na maioria das vezes, negativo) a algumas características de um grupo, reduzindo-o a elas e definindo os "lugares de poder" a serem ocupados. É uma generalização de julgamentos subjetivos feitos em relação a um determinado grupo, impondo-lhes o lugar de inferior e o lugar de incapaz, no caso dos estereótipos negativos.

Meritocracia (do latim **mereo**, merecer, obter) é a forma de governo baseado no mérito. As posições hierárquicas são conquistadas, em tese, tendo como base o merecimento, e há uma predominância de valores associados à educação e à competência. [...] Embora a maioria dos governos seja em parte baseada na meritocracia, ela não se expressa de forma pura em nenhum lugar. [...] O principal argumento a favor da meritocracia é o fato de ela proporcionar maior justiça do que outros sistemas hierárquicos, uma vez que as distinções não se dão por sexo ou raça, nem por riqueza ou posição social, entre outros fatores biológicos ou culturais.

Ainda existem classes sociais, e os defensores da meritocracia não pretendem acabar com elas; mas há um critério mais justo para a distribuição dos estamentos sociais. Conforme o sufixo "cracia" indica, meritocracia é, estritamente falando, um sistema de governo baseado na habilidade (mérito), em vez de na riqueza ou na posição social. Neste contexto, "mérito" significa basicamente inteligência mais esforço. Entretanto, a palavra "meritocracia" é freqüentemente usada para descrever um tipo de sociedade na qual riqueza, renda e classe social são determinadas

por competição, assumindo-se que os vencedores *merecem* de fato tais vantagens. Conseqüentemente, a palavra adquiriu uma conotação de "Darwinismo Social", e é usada para descrever sociedades agressivamente competitivas, com grandes diferenças de renda. [...] Governos e organismos meritocráticos enfatizam talento, educação formal e competência, em lugar de diferenças existentes, tais como classe social, etnia ou sexo. Na prática, pesquisas sobre mobilidade social indicam que todos esses critérios supostamente neutros favorecem os filhos daqueles que já são de algum modo privilegiados (Resumo de definição encontrada em Wikipedia).